

# ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: UMA DISCUSSÃO ACERCA DA RESOLUÇÃO CNE/CP2. O CASO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNESPAR/FECILCAM DE CAMPO MOURÃO

Nair Glória Massoquim<sup>1</sup>  
Áurea Viana de Andrade<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Os Cursos de Licenciaturas para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, vêm passando por profundas mudanças, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (9394/96). Essas mudanças estão ocorrendo na elaboração dos projetos pedagógicos de cada Estabelecimento de Ensino Superior, que precisam se adaptar aos princípios, fundamentos e procedimentos organizacionais e curriculares. Em razão dessas mudanças surge uma outra, que não compete apenas às IES, mas também a outros sistemas de ensino, especialmente as escolas de educação básica.

Considerando as mudanças elaboradas e exigidas pelo Conselho, associadas às poucas discussões com as bases (Universidades e Escolas) responsáveis pela formação de profissionais para o mercado de trabalho, propomos, nessa pesquisa, questionar alguns aspectos das Resoluções referidas abaixo, no sentido de discutir para entender até que ponto essas Resoluções do Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno CNE/CP1 e CNE/CP 2 e as práticas pedagógicas instituídas pelos acadêmicos nas universidades estão articuladas, contextualizadas à realidade dos acadêmicos/alunos, permitindo que esses futuros educadores tenham clareza que precisam agir no sistema educacional, desenvolvendo uma práxis transformadora que Saviani concebe como “uma atividade humana prática fundamentada teoricamente”, ou se essas Resoluções apenas são acatadas pelos acadêmicos como leis a serem cumpridas.

Desse modo, a presente pesquisa propõe um convite à uma reflexão a respeito, especialmente da Resolução CNE/CP2, de 19/02/2002, que altera o número de horas do Estágio Curricular Supervisionado de 300h, para 400h, de conformidade com o Art. 7º da lei 9.131/95 e com fundamento no Art. 12º da Resolução CNE/CP1, homologado pelo Ministro

---

<sup>1</sup>Professora Efetiva do Departamento de Geografia. Mestre em Geografia e Mestre em Engenharia de Produção. Coordenadora da Estação Climatológica Principal de Campo Mourão. FECILCAM nmassoquim@fecilcam.br

<sup>2</sup>Professora de Metodologia de Ensino de Geografia, Técnica em Meteorologia. Aluna do programa de Pós-graduação - Mestrado em Geografia da UEM-Universidade Estadual de Maringá. FECILCAM/UEM aandrade@fecilcam.br

de Estado da Educação, em 17 de janeiro de 2002. Esta resolução entrou em vigor em 04 de março de 2002, dia de sua publicação, no Diário Oficial da União em Brasília.

As IES que contemplam cursos de licenciaturas de formação básica deverão se adequar a esta nova Resolução, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação. Contudo, não se pode negar, que muitas IES não foram favoráveis às alterações, há ainda muitas contestações e dúvidas em quase todas as universidades do país, mesmo assim foi homologada.

Outro fato que se discute na pesquisa, é que as alterações previstas na referida Resolução, do ponto de vista dos órgãos governamentais, pode embutir duas intenções: de um lado servir de estratégia política, com o objetivo de suplementar mão-de-obra, reduzindo os gastos com a educação, em outras palavras, os estagiários dos cursos de licenciaturas podem ser utilizados com a finalidade de diminuir o número de professores das escolas da rede pública, o que significa menos gastos com material humano; de outro, pode haver intenções relacionadas com a práxis, ou seja, exigindo-se dos futuros licenciados melhoria da capacitação profissional, já que as horas de atividades pedagógicas junto às escolas são insuficientes.

O estágio supervisionado sempre esteve no bojo das discussões dos pesquisadores, especialmente a relação teoria e prática. De acordo com as considerações de Pereira (2000, apud Katuta, 2003), a relação dos acadêmicos com as escolas está ficando cada vez mais intensa, mas apenas nos finais dos cursos, e com pouca integração entre a teoria e a prática. Como nesse momento se processa a separação entre teoria e prática, e a preparação docente, durante o percurso acadêmico, ocorreu teoricamente, há uma tendência à supervalorização da teoria em detrimento da prática.

Essa dicotomia existente entre esse binômio (teoria e prática) é uma constante nas universidades, não há uma integração entre os próprios Departamentos de Licenciaturas para debaterem em conjunto as mudanças necessárias, neste caso, em especial, repensar a formação docente dos acadêmicos a formação teórica dos professores. Acreditamos que muitas mudanças contidas nas Resoluções obrigam os professores a reverem sua formação teórico-prática. E isso reforça a necessidade de discutir as verdadeiras intenções das referidas Resoluções, quando foram elaboradas.

Outro ponto que consideramos essencial é a necessidade de estender as discussões sobre essas mudanças para as escolas da comunidade, pois são elas que permitem que se realize a prática docente, desempenhando, nesse aspecto, um papel fundamental. Contudo, o que se tem visto em regra geral é que as escolas ficam de fora das decisões, para elas cumpre apenas a tarefa de acolherem os acadêmicos para “testarem suas teorias”, e a escola torna-se um “laboratório temporário de convalidação de teorias”.

Desse modo, como realizar uma interação mais coerente e participativa entre as instituições envolvidas na formação dos acadêmicos, bem como uma democratização social no universo das decisões, já que não se decide nada em conjunto? Entendemos que isso deve se constituir num diálogo, concebido num amplo sentido, a partir da realização de reuniões, encontros, fóruns e seminários.

Assim sendo, a escolha desse tema surgiu a partir dessa reflexão e também mediante a percepção das dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos do curso de Geografia da UNESPAR/FECILCAM, em face da atuação no Estágio Curricular Supervisionado. Essa percepção foi possível, uma vez que ministramos aulas de Metodologia e Prática de Ensino de Geografia, orientamos e acompanhamos o estágio no Ensino Fundamental e Médio dos acadêmicos nas escolas, e compartilhamos das dificuldades pertinentes a esse processo.

O fato de se enfatizar essa questão pauta-se na expectativa de avaliar as exigências propostas pela Resolução CNE/CP2, aos Sistemas de Ensino (Universidade/Escolas). Muitas instituições não contemplam escolas de aplicação pedagógica, o que dificulta a realização da práxis, sobretudo neste momento de adaptação à nova resolução, em que as grades curriculares estão adaptadas às 300 horas de Estágio. Neste sentido, verificamos a real necessidade do Conselho Nacional de Educação abrir para discussão as implicações que esta Resolução poderá trazer para os cursos de licenciaturas, em especial os de Geografia, e para as escolas campo de estágio.

Neste contexto, necessário também se faz, refletir e (re) discutir o Estágio Supervisionado dos cursos de licenciaturas, em especial o da Geografia da UNESPAR/FECILCAM, objeto desse estudo. O mesmo, como outros cursos de licenciaturas, encontra dificuldades para encaminhar seus acadêmicos às escolas para realizarem as práticas docentes, visto que, apesar das mudanças sugeridas, muitas escolas ainda são conteudistas, embora parte da culpa seja da própria universidade que privilegia o discurso científico “como se somente a constituição deste garantisse um adequado exercício profissional, atribuindo a responsabilidade aos docentes das disciplinas pedagógicas” (KATUTA, 2003, 422).

Ademais, alguns professores das escolas se opõem a presença dos estagiários, sobretudo, neste momento de expressiva dificuldade no controle disciplinar, alegando que, em razão dos estagiários não terem domínio de sala, comprometem o cumprimento da programação.

## **Metodologia**

No presente texto acadêmico discutimos num primeiro momento as resoluções CNE/CP1 e CNE/CP 02, que tratam de algumas alterações para o Estágio Curricular

Supervisionado. Em seguida abordamos os pressupostos do Estágio, identificando a sua importância para o futuro profissional, bem como a perspectiva da metodologia de ensino da geografia que se almeja para a formação desses futuros docentes.

Para a realização da pesquisa utilizamos o método teórico-analítico e estudos empíricos. Para aprofundamento da discussão, realizamos um trabalho experimental com os acadêmicos do 4º ano de Geografia, períodos matutino e noturno. Para tanto foram designados 49 acadêmicos na fase anterior ao período do Estágio Supervisionado. O campo de abrangência desse estudo se fez em toda a microrregião Geográfica de Campo Mourão, que compreende 14 municípios abarcando 26 escolas de Ensino Fundamental e Médio, num período de 2 meses entre a fase de observação, estruturação, aplicação das atividades pedagógicas, bem como a interpretação e análise dessas atividades.

Com o propósito de obter maiores informações buscamos dados junto aos órgãos: MEC, Secretaria Estadual de Educação, APP, Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão, Secretaria Municipal de Educação.

Visando melhor desenvolvimento da pesquisa ressaltamos a importância de realização de entrevistas e depoimentos junto aos professores e, sobretudo com os estagiários do curso de geografia. Embora esse trabalho trate basicamente de uma proposta de discussão, utilizamos dados quantitativos, que possibilitaram a elaboração de tabelas e gráficos com utilização de técnicas estatísticas, para facilitar a interpretação.

### **Pressupostos do Estágio Curricular Supervisionado**

O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa de suma importância nos cursos de licenciatura, sem o qual não há formação pedagógica. Define-se como Estágio o espaço curricular do estudante em que o ensino-aprendizagem se verifica fundamentalmente pelo "aprender fazendo". Incluem-se todas as experiências ligadas à vida do futuro profissional colhidas nas Instituições de Ensino e na Comunidade. Portanto, será por meio do Estágio Supervisionado que o aluno fará contato com seu futuro campo profissional, tendo as oportunidades de compreender, pelas mais diversas atividades, a estrutura, organização e funcionamento de uma Escola, bem como estratégias em atividades ou áreas não escolares.

O estágio possibilita o contato com a realidade educacional de ensino fundamental e médio, permite que os alunos analisem essa realidade e posicionem-se sobre ela. Além disso podem observar como o trabalho do profissional se realiza na prática, desde o momento de seu planejamento. Portanto, cabe ao futuro profissional articular suas aulas, adequá-las à realidade dos seus alunos e constituir sua "práxis".

Em conformidade ao Decreto Lei n.º 87497, de agosto de 1982, que regulamenta a Lei n.º 6494, de 07 de dezembro de 1977 e dispõe sobre os Estágios de Ensino Superior; em observância à Resolução n.º 009 de 06 de outubro de 1969, do Conselho Federal de Educação, em que ficam os conteúdos mínimos e duração a serem destinados à formação pedagógica nos cursos de Licenciatura, será obrigatória a Prática de Ensino das matérias que sejam objeto de habilitação profissional, sob a forma de Estágio Supervisionado, a desenvolver-se em situações de preferência em Escolas da Comunidade.

O Estágio Curricular Supervisionado, durante toda sua trajetória sofreu várias modificações, as Diretrizes Curriculares Nacionais implantadas, além de serem alvo de muitas discussões entre pesquisadores, especialmente em virtude da relação teoria e práticas. Existem várias dicotomias dessa relação, para alguns teóricos ambos são autônomos; para outros, a exemplo do filósofo Vásquez, teoria e prática são indissociáveis, o que significa que a teoria seria o ideário e a prática o material.

Com base no pensamento de Vásquez, podemos questionar e refletir: se a teoria é o ideário, isto significa que se trabalha a teoria nas universidades, e a prática, que se constitui, em parte, pelo Estágio Supervisionado, em que âmbito fica confinada? Valendo-se desse pensamento, acreditamos que há necessidade de uma investigação, pois, os acadêmicos realizam o estágio nas escolas, e não se sabe se existe a flexibilidade e a preocupação dessas em permitir que os estagiários realizem sua prática docente sem a interferência ou influência do professor regente, notadamente com sua metodologia já elaborada e testada.

Sabemos que a Geografia nos dias atuais está num jogo dialético, entre a realidade da escola e a produção acadêmica e, sobretudo, com as ações dos órgãos governamentais, sem uma mudança radical na estrutura das escolas.

Ao contrário do que deveria ser, a relação Universidade/Escola está muito distante, é preciso que esses sistemas de ensino se esforcem para melhorar essa interação, é necessário que caminhem juntos, embora saibam que as dificuldades existem, mas devem ser superadas.

### **Metodologia de Ensino de Geografia**

A escola, e conseqüentemente o ensino da Geografia, passam por sensíveis transformações em nossos dias, em especial nas sociedades mais avançadas. Expande-se, aos poucos, a idéia de que o importante é “aprender a aprender” e não apenas preocupar-se com o mercado de trabalho, até porque a sua demanda tornou-se profundamente efêmera. O profissional hoje deve estar preparado para enfrentar as exigências e as diferentes oportunidades de uma sociedade altamente competitiva:

Se antes se supunha que os conhecimentos habilidades e atitudes desenvolvidas em um curso superior eram suficientes para um razoável exercício profissional por longos anos, até mesmo para o resto da vida, hoje eles são incontestavelmente insuficientes e fugazes, muitos já caducos no momento mesmo em que são ensinados [...] (SOBRINHO, 2000, p. 58).

Diante do quadro atual que envolve a sociedade, propõe-se uma Geografia que contemple as perspectivas de transformações. Para que se possa compreender o mundo em transformação, devemos trabalhar a metodologia de ensino da Geografia numa concepção mais crítica (dialética) conforme expressa Vasconcelos:

[...] uma Metodologia dialética de construção do conhecimento em sala de aula pode ser expressa através de três grandes momentos da dialética [...] .Como superação tanto da metodologia tradicional quanto da escolanovista

indica-se, pois:

- Mobilização para o Conhecimento
- Construção do Conhecimento
- Elaboração e Expressão da Síntese do Conhecimento (1993, p. 42).

Com a preocupação em relação às transformações sociais, a ciência geográfica vem discutindo o ensino da Geografia. Diante disso, há de implementar-se uma discussão reflexiva quanto à postura metodológica utilizada no Curso.

Para discutir a metodologia de ensino-aprendizagem do Curso de Geografia, foram realizadas algumas reuniões, em que compareceram representantes dos acadêmicos, ex-acadêmicos, professores efetivos e colaboradores, além da assessoria e coordenação de ensino da Instituição. A participação destes grupos é indispensável, já que o assunto discussão é de interesse de todos.

Nessa perspectiva discutimos sobre a Metodologia de Ensino, e os acadêmicos questionaram as diferentes posturas metodológicas, em especial em relação aos profissionais que ainda mantêm uma prática tradicional. Entendemos que isso ocorre em virtude da heterogeneidade da formação acadêmica, e da postura ideológica profissional. Assim a renovação da Geografia é desigual e não generalizada.

A partir dessa premissa, buscamos refletir sobre a necessidade de mudança e a impossibilidade de permanecer com essa metodologia, diante de um quadro evolutivo que exige inovações em todas as áreas do conhecimento. Essa mudança é necessária considerando que alguns autores discutem a Geografia como sendo a mais poderosa e renovadora perspectiva crítica do mundo contemporâneo (JOHM BERGE, apud FANI, 1999, p. 35). Ainda sobre a metodologia Vasconcelos enfatiza:

[...] a metodologia de trabalho em sala de aula é uma síntese, uma concretização, um reflexo de toda uma concepção de educação e de um conjunto de objetivos (mais ou menos explícitos). Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se numa concepção do homem e do conhecimento onde se entende o homem como um ser ativo e de relações. Assim compreende-se que o conhecimento não é transferido ou depositado pelo outro (conforme a concepção tradicional) nem é “inventado” pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado refletido, re-elaborado pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial. Temos que superar essa grande farsa do sistema de ensino: fingimos que ensinamos e os alunos fingem que aprendem [...] (1993, p.41).

Segundo Cavalcanti, muitos autores trabalham conteúdos críticos, porém, isso não é suficiente; devemos antes de tudo ter a preocupação de não passar conteúdos contraditórios e fragmentados. “É preciso, ainda, propiciar aos alunos o desenvolvimento de um modo de pensar dialético, que é um pensar em movimento e contradição” (1998, p. 23).

Ainda, complementando os pressupostos a respeito da metodologia do ensino da geografia, ressaltamos que:

A dialética fundamental, quando estamos nos referindo ao processo escolar de ensino-aprendizagem, mesmo que possa e deva se expressar na formulação dos conteúdos, não está exclusivamente neste, mas vai além e se concretiza na identificação das carências (formulação das questões) e na busca de soluções (formulação de respostas) [...] a relação escolar, na medida em que se fundamenta no ensino da lógica formal, mais do que passar este ou aquele

conteúdo fragmentado – isento de contradições – permite ao educando apropriar-se de perguntas e respostas prontas, enquanto processo de dialetização do ensino, não é simplesmente, a reprodução de textos elaborados a partir desse tipo de lógica, mas, mais que isso, é a possibilidade de viver a contradição imanente entre a necessidade e sua superação, no plano da construção intelectual (SANTOS, apud CAVALCANTI, 1998, p. 24).

Diante das transformações que ocorrem no espaço geográfico, conduzido pela sociedade, não é mais possível pensar o lugar como único, pois esse está sempre em constante transformação, levado pela dinâmica das mudanças. É natural que, diante dessas concepções, também não seja mais possível estudar esse espaço como aquele onde as informações se caracterizavam em transmissão de dados e descrições gerais do mundo e dos lugares. Temos que pensar numa Geografia que contemple politicamente os interesses da população, ou seja, devemos propiciar ao acadêmico a compreensão de espaço dinâmico e de transformação. A respeito do espaço geográfico e sociedade, Oliva diz:

Pensar as relações espaço geográfico e sociedade, global e local, moderno e tradicional, por exemplo, são aspectos indispensáveis para a elaboração de uma geografia que não seja meramente descritiva ou localizada (1995, p.46).

Quando se fala em trabalhar dentro de uma linha dialética, não se está impondo a Dialética Marxista, que perdeu um tanto de sua originalidade com a minimização da força de seu modo de produção (o socialismo). Falamos da dialética que permeia os debates muito antes da teoria marxista. Embora para alguns teóricos a Dialética Marxista ainda esteja ativa, diante das mudanças globais, não condiz mais com o sistema, nas discussões que permeiam a realidade atual. Não se considera com isso, a decadência da dialética (que na maioria das vezes é entendida apenas sobre o ponto de vista do modo de produção socialista) a dialética que propomos é a que sempre esteve presente, é a da mudança, transformação, é ver o mundo em constante movimento, é trabalhar dentro de uma linha histórico-crítica.

Dentro desse “mundo” globalizado, a forma de trabalhar os conteúdos devem relevar a dinamicidade dos acontecimentos, visando formar um cidadão com uma visão mais crítica. Para tanto, devemos estar atentos às transformações para não correremos o risco de nos tornarmos ultrapassados. Articulamos demais, porque sabemos que diante de um mundo que teve uma transformação acelerada nos últimos 5 anos (com o elevado desenvolvimento tecnológico e a abertura econômica que influenciou em toda a dinâmica do espaço), levado



à era da informatização, não é possível acompanhar a dinâmica estrutural ocorrida no espaço geográfico com um ensino metodológico dentro de uma Geografia tradicional.

Mesmo considerando-se a produção socioeconômica e ambiental na atualidade, ainda se entra em salas de aulas com conteúdos ultrapassados, portanto, a visão dialética conduziria a uma nova perspectiva, já que o acadêmico deve estar incluído neste contexto como agente ativo, interagindo e colaborando no desenvolvimento das atividades educativas e científicas coordenadas pelo docente.

Entendemos que a metodologia do ensino da Geografia não está restrita apenas à sala de aula, mas ocorre em diferentes situações e ambientes. É de suma importância o trabalho de campo para concretização do processo de ensino-aprendizagem, pois o conhecimento só ocorre efetivamente vinculando a teoria à prática.

É essa reflexão que deve ser enfatizada junto ao acadêmico, para que a aula prática não se torne apenas um “passeio” e seja merecedora de crítica quanto ao seu aproveitamento. Para que isso seja possível a aplicação das horas de estágio veio acolher a ansiedade dos professores de práticas de Ensino. Porém, o que se faz necessário é uma problematização mais condizente do número de horas aulas de 300 para 400, estão sendo distribuídas em atividades pedagógicas para o estagiário.

No Curso de Geografia da UNESPAR/FECILCAM, em razão dessas mudanças houve a necessidade de adequar as horas atividades, até porque a grade curricular na ocasião passava pelo processo de discussão e atualização. Uma das necessidades de mudanças da mesma era o fato do Estágio Curricular Supervisionado estar atrelado somente ao quarto ano letivo do Curso. Visando sanar essa deficiência de horas de estágio no ano de 2003 e 2004, as atividades foram estabelecidas fora da carga horária da grade em vigor.

Neste sentido, os docentes responsáveis pela disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de Geografia/Estágio, elaboraram atividades pedagógicas para que os acadêmicos/estagiários conseguissem contemplar as 100 horas restantes. As referidas atividades contavam de um projeto de representação social dos conceitos elementares da Geografia dos alunos, do Ensino Fundamental e Médio, nas Escolas da microrregião de Campo Mourão, já referenciadas. Os temas sugeridos para a investigação foram: As representações de Território, Paisagem, Natureza, Sociedade, Região e Lugar.

O referencial teórico das representações sociais surgiu na pesquisa como um recurso para a compreensão de concepções, idéias, conceitos e imagem sobre a geografia, que crianças e adolescentes vão formando na sua vida cotidiana, a qual se insere sua vida escolar (CAVALCANTI, 1998, p. 24).

A função do ensino é promover embate entre conceito científico e conceito cotidiano, o primeiro trata da conscientização que possibilita a ampliação do segundo, promovendo o desenvolvimento intelectual dos alunos.

### **Considerações Finais**

Por meio dessa pesquisa podemos avaliar que alterações previstas nas resoluções discutidas vieram num momento em que o Estágio Curricular Supervisionado encontrava-se deficitário e as propostas de mudanças serviram para (re) discutirmos sobre a prática pedagógica dos acadêmicos de Geografia.

Refletimos e (re) discutimos sobre as dificuldades enfrentadas pelo Curso de Geografia, bem como de outras licenciaturas no encaminhamento dos acadêmicos para a realização do Estágio Supervisionado nas escolas para realizarem as práticas docentes.

Observamos que apesar das mudanças sugeridas, muitas escolas ainda contemplam uma metodologia que privilegia os conteúdos. Entretanto, grande parte da culpa dessa prática docente pode ser atribuída às próprias universidades, que exaltam o discurso científico, responsável pela formação dessa massa de educadores atuantes e dos futuros profissionais que estão por vir.

Outro fato averiguado é o de que alguns educadores das escolas de ensino fundamental e Médio, não aceitam a presença de estagiários, sentem-se ameaçados, temendo perder o controle de sala, já que o estagiário pode estar preparado e ter domínio da prática pedagógica, mas lhe falta base para o controle de sala, especialmente neste momento de extrema indisciplina .

Outro ponto abordado é a relação que se fez entre Estágio Supervisionado e metodologia de ensino de geografia, essa é importante à medida que permite discutir fatores emergentes que influenciam na formação do futuro docente de geografia. Repensar o papel da metodologia de ensino do Estagiário em geografia na atual conjuntura social é uma tarefa de suma importância, especialmente para os militantes que procuram cooperar na melhoria do ensino neste país.

A dicotomia existente entre teoria e prática, também nos fez refletir sobre a nossa prática docente, uma vez que a teoria é enaltecida em seu discurso em detrimento da prática.

Mesmo sabendo das inquietações em torno dessa questão alguns docentes das IES continuam valorizando o discurso científico sem, contudo se preocuparem com a formação pedagógica dos sus acadêmicos. Neste sentido, é importante chamar a atenção do professor de geografia, para que o mesmo tenha clareza dos pressupostos teóricos

metodológicos que orientam a geografia a dirigir sua aplicação pedagógica, a fim de preparar melhor os seus futuros docentes, especialmente nos níveis Fundamental e Médio.

Assim sendo, comprometidos com o exercício de um Estágio Curricular Supervisionado, dinâmico, que realmente contribuísse para com as expectativas do momento, organizamos esse trabalho de base com os acadêmicos, onde esses permaneceram por algum tempo em contato com alunos do Ensino Fundamental e Médio. A partir dessa prática foi possível averiguar que, com um maior tempo de contato entre acadêmicos e escolas consegue-se obter bons resultados, pois esse trabalho fez com que os acadêmicos paulatinamente se interessassem pelas práticas pedagógicas realizadas nas escolas, campo de estágio.

Diante do exposto, entendemos que as práticas pedagógicas constituídas pelos acadêmicos estão desarticuladas com relação as Resoluções já referidas e descontextualizadas da realidade na qual a escola campo de trabalho está inserida. Além disso, essas Resoluções apresentam pouca flexibilidade, o que facilita que sejam acatadas pelos acadêmicos como leis.

## REFERÊNCIAS

ARCHELA, Rosely Sampaio. **Geografia Para o Ensino Médio. Manual de Aulas Práticas**. Londrina PR: UEL, 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 1/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 2002, republicado 09 abr. 2002.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP 2/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org) **A Geografia na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos(Org.). **Ensino de Geografia – Práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

\_\_\_\_\_. **Geografia em Sala de Aula – práticas e reflexões**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

DALMÁS, Angelo. **Planejamento Participativo na Escola**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação do Ensino Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KATUTA, Ângela Massumi. **A Universidade, a Avaliação e a Prática de Ensino**. In: Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina – Vol. 12 n° 1 - Jan/Jun. 2003

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de.(Org.) **Para onde vai o Ensino da Geografia?** São Paulo: Contexto, 1998.

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

SCHAFFER, Neiva Otero.(Org.) **Ensinar e Aprender Geografia**. Porto Alegre: AGB, 1998.

VASCONCELOS, C. dos S. **Construção do Conhecimento em Sala de Aula**. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad, 1993.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Praxis**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.